



5º Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

5º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Áreas Fiscais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - O candidato deverá fazer a opção de Legislação Tributária (Legislação Federal, Estadual ou Municipal) para submeter-se à avaliação na prova objetiva;
- 4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 5 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/gWDRJMLTEGFLMpJx6>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <https://coruja.page.link/ByaN>

Estadual: <https://coruja.page.link/jMeL>

Municipal: <https://coruja.page.link/tD1H>

CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS CARGOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

01. Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- a) A paz mundial dificilmente será alcançada.
- b) O plano eficiente já está dando resultados.
- c) meus avós maternos são mais próximos a mim.
- d) O processo judicial por padrão é lento.
- e) Nunca houve uma experiência comunista na prática.

02. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de particípio é:

- a) entregar / entregado e entregue;
- b) morrer / morrido e morto;
- c) eleger / elegido e eleito;
- d) suspender / suspenso e suspenso;
- e) trazer / trago e trazido.

03. A frase abaixo em que houve ERRO no emprego da forma “há”, em lugar de “a”, é:

- a) Há solução para os conflitos armados.
- b) Há cerca de dez candidatos para a vaga de emprego.
- c) Meus pais moram há cerca de 150 quilômetros daqui.
- d) Há poucos jovens morando nessa cidade.
- e) Não há paz sem diálogo.

04. Assinale a frase a seguir em que o vocábulo MELHOR exemplifica uma classe gramatical diferente das demais ocorrências.

- a) A melhor companhia é aquela que te permite ficar em silêncio.
- b) Os amigos são os melhores espelhos.
- c) O melhor tempo é aquele que você reserva para você.
- d) Pensa-se melhor quando se pensa em silêncio.
- e) Ele tinha o melhor professor.

05. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconscientemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

06. A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- a) Eu como pouco e é graças a isso que não engordo.
- b) A história é essa: todos chegaram a uma festa que não existia.
- c) Mês passado passou muito rápido; aquele mês foi repleto de compromissos.
- d) João, Maria e José são felizes; aquele é arquiteto, esta é design e esse é engenheiro.
- e) Educação: esta é a solução.

07. Assinale a alternativa em que essa partícula SE apresente uma função diferente das demais.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

08. “Encontre o seu caminho e faça o bem”. Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalinguística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

09. Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada inadequadamente.

- a) Construíram em 8 meses aquele prédio alto. / adjetivo.
- b) O planejamento do ano deve estar pronto na próxima semana. / locução.
- c) A obra que recomendamos deve ser utilizada. / oração adjetiva.
- d) Para aquele menino, seu pai era um super-herói / substantivo composto.
- e) A temporada de chuvas deve começar na próxima semana. / adjetivo.

10. O vocábulo “SE” não está envolvido em construção de voz passiva na alternativa:

- a) O medo é o lugar onde se questiona a capacidade de crescer.

b) Construíram-se sonhos no caminho.

c) Nunca se acredita na capacidade da humanidade.

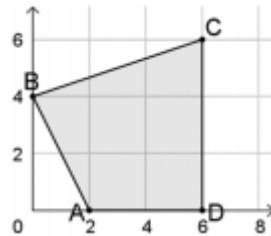
d) Fez-se na última década um movimento ambientalista.

e) Para além do desejo, ama-se o bom.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 11 E 12.

11. Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- a) zero
- b) 25
- c) $20\sqrt{13}$
- d) $25\sqrt{13}$
- e) 50

12. A área do estande de tiro é igual a:

- a) 10.000 m²
- b) 10.200 m²
- c) 10.400 m²
- d) 10.600 m²
- e) 10.800 m²

13. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

14. Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres. Portanto, o número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é:

- a) 3600
- b) 1650
- c) 5.450
- d) 5.400
- e) 5.800

15. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam

vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

16. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

17. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao

mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31^a prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

18. No sistema de juros compostos, uma taxa de x% ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

19. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- a) R\$ 32.640,00
- b) R\$ 32.520,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 33.600,00
- e) R\$ 33.940,00

20. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

$$\text{Dado: } 1,07^5 = 1,4 \quad 1,07^6 = 1,5$$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

21. A métrica que permite mensurar a proporção de previsões positivas corretas sobre a soma de todos os valores positivos é conhecida como:

- a) F1-score
- b) Recall
- c) Precisão
- d) Acurácia
- e) Exatidão

22. Das letras abaixo, marque a que NÃO contém um processo válido no ITIL

- a) Estratégia de serviço
- b) Design de serviços
- c) Transição de serviço
- d) Operação de serviços
- e) Manutenção do serviço.

23. Os outliers podem ser naturais ou artificiais e a sua detecção é extremamente importante no processo de análise de dados, visto que, a interpretação errada do conjunto de dados pode levar a indução de erros na tomada de decisão. Das técnicas abaixo, qual a que pode ser comumente usada para a detecção de outliers:

- a) Boxplot
- b) Matriz de Confusão.
- c) Gráfico de linha
- d) Regressão Linear
- e) Substituição de Dados Ausentes.

24. Sobre Aprendizado de Máquina, marque a alternativa correta

- a) O Aprendizado Não-Supervisionado é o conjunto de técnicas de aprendizado para treinar um modelo com dados rotulados manualmente, isto é, um especialista/supervisor externo diz qual é a saída esperada para cada dado histórico utilizado no treinamento.
- b) No Aprendizado Semi-Supervisionado temos uma grande quantidade de dados não rotulados e uma pequena quantidade de dados rotulados para que consigamos equilibrar os custos e a precisão do modelo.
- c) No Aprendizado Supervisionado temos custos menores e precisão maior.
- d) No Aprendizado Não-Supervisionado temos custos maiores e menor precisão.
- e) O Aprendizado Supervisionado é um conjunto de técnicas para treinar um modelo em que não se sabe a saída esperada para cada dado usado no treinamento.

25. A orientação de não manter nenhum dado impresso ou anotado em papel, no meio físico, disponível para as pessoas que têm acesso àquele ambiente, evitando papéis que espalhados sobre a mesa, para que pessoas não autorizadas ou que não deveriam ter acesso a uma determinada

informação não possam facilmente quebrar essa regra. Essa é uma prática de segurança da informação chamada de:

- a) Prática da Mesa Limpa
- b) Prática do Cuidado Pessoal
- c) Prática do TOC
- d) Prática da Boa Vizinhança
- e) Prática da Não Acumulação

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. Silvio e Maria travaram intenso debate a respeito do conceito de cidadania, considerada, pelo inciso II do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Silvio defendia que todo brasileiro é cidadão, enquanto Maria ressaltava a necessidade de serem preenchidos alguns requisitos para a obtenção da cidadania. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) Maria está errada, pois a cidadania surge e se perpetua com o nascimento;
- b) Silvio está errado, pois é possível existir um brasileiro que não seja cidadão;
- c) Silvio está certo, pois é a cidadania que permite a aquisição da nacionalidade brasileira;
- d) Maria está certa, pois é preciso que a cidadania seja deferida pelo Ministro da Justiça;
- e) Maria está certa, pois a cidadania sempre exige o prévio requerimento da nacionalidade brasileira.

27. Maria foi acusada da prática de um crime e confidenciou ao seu advogado estar temerosa de que determinado juiz de direito, considerado muito rigoroso, fosse propositadamente escolhido para julgar a sua causa. O advogado, com o objetivo de tranquilizá-la, afirmou que o Art. 5º, XXXVII, da Constituição da República de 1988 dispõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”. A garantia fundamental mencionada pelo advogado significa que o juiz que julgará Maria deve:

- a) tratar todos os réus com igualdade, sem excepcionar nenhum deles;
- b) ter sido designado pelo Conselho Nacional de Justiça para atuar no caso;
- c) ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos;
- d) ser definido conforme regras de competência preexistentes ao crime praticado;
- e) reconhecer as hipóteses de suspeição ou impedimento que recaiam sobre ele no processo.

28. O Vereador Eudésio, logo após tomar posse no cargo, decidiu estudar as competências municipais para melhor exercer as suas funções. Considerando a sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que o Município pode:

- a) legislar sobre águas e energia, desde que tenham origem em seu território;
- b) legislar sobre direito econômico e financeiro, enquanto não editadas normas gerais pela União;
- c) legislar sobre direito civil e comercial, observadas as normas gerais editadas pela União;
- d) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- e) criar parques nacionais, observadas as normas de proteção ao meio ambiente.

29. Com os olhos voltados à competência legislativa concorrente prevista na Constituição da República, é correto afirmar que:

- a) os Estados podem legislar sobre as respectivas matérias, desde que não afrontem as normas gerais editadas pela União;
- b) os Estados e os Municípios podem legislar sobre as respectivas matérias, observadas as normas gerais editadas pela União;
- c) os Estados podem legislar sobre as respectivas matérias, predominando a lei da menor unidade territorial no caso de conflito;
- d) todos os entes federados podem legislar sobre as matérias a que se refere, predominando o princípio da maior relevância social no caso de conflito;
- e) todos os entes federados podem legislar indistintamente sobre as matérias a que se refere.

30. João, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico da área administrativa do Ministério Público do Rio de Janeiro, elegeu-se Vereador em Município do interior do Estado. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, João:

- a) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, auferindo o subsídio de Vereador;
- b) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, podendo optar pela remuneração de um dos cargos;
- c) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, facultando-lhe optar pela remuneração de um dos cargos;
- d) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- e) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados levando em conta sua situação até a data do afastamento.

estavam sendo imputados, teve a oportunidade de apresentar defesa e lhe foi garantido o contraditório. No entanto, ele questionou judicialmente a validade do PAD, alegando que a mudança na capitulação da infração deveria gerar a nulidade do procedimento.

Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) a alteração da capitulação legal da conduta enseja a nulidade do processo administrativo.
- b) a alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não gera nulidade do PAD, desde que o servidor tenha tido oportunidade de defesa quanto aos fatos que lhe foram imputados.
- c) a mudança na capitulação legal da conduta impõe a reabertura do processo administrativo disciplinar, para que o servidor seja julgado com base na nova tipificação.
- d) João deveria ter sido novamente notificado, para defender-se do novo dispositivo legal que sua conduta estava sendo enquadrada.
- e) a intervenção judicial no PAD pode rever o mérito administrativo, inclusive a reclassificação da conduta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. João, servidor público federal, foi submetido a um processo administrativo disciplinar (PAD) devido a supostas irregularidades cometidas no exercício de suas funções. Inicialmente, sua conduta foi enquadrada como desídia no cumprimento dos deveres funcionais. Contudo, por ocasião do julgamento, a autoridade julgadora reclassificou os atos imputados a João como insubordinação grave. A despeito da alteração da capitulação legal, João foi devidamente notificado sobre os fatos que lhe

32. Pedro foi indicado para ocupar cargo na diretoria de uma sociedade de economia mista vinculada ao Estado Y. No entanto, sua nomeação foi questionada com base na Lei nº 13.303/2016, que estabelece restrições para ocupantes de cargos em conselhos de administração e na diretoria de estatais. A defesa de Pedro argumentou que tais restrições violam seu direito à igualdade, à liberdade de expressão e participação política, e a ampla acessibilidade a cargos públicos, além de ferir o princípio da autonomia partidária, uma vez que Pedro já havia atuado na organização de campanhas eleitorais no passado. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta:

- a) as restrições da Lei nº 13.303/2016, ao vedarem a nomeação de pessoas que participaram de campanhas eleitorais ou exerceram cargos em partidos políticos, violam os direitos fundamentais de igualdade e ampla acessibilidade a cargos públicos, sendo inconstitucionais.
- b) a Lei das Estatais viola o princípio da autonomia partidária, por interferir diretamente no processo decisório dos partidos políticos ao restringir a nomeação de membros vinculados a partidos para cargos em estatais.
- c) as restrições da Lei das Estatais visam a garantir a moralidade e a eficiência na administração pública, sendo constitucionais, pois são proporcionais e não ofendem os direitos fundamentais mencionados.
- d) a vedação imposta pela Lei nº 13.303/2016 é inconstitucional, pois estabelece critérios arbitrários ao impedir que ocupantes de cargos em comissão possam integrar a diretoria de estatais, enquanto agentes concursados dessas entidades podem ser indicados para esses cargos.
- e) as disposições da Lei nº 13.303/2016 foram consideradas desproporcionais pelo STF, na medida em que limitam a liberdade de convicção política de seus indicados para cargos nas estatais.

33. João estava dirigindo em uma rodovia concedida quando se deparou com um animal doméstico na pista. Incapaz de desviar a tempo, acabou colidindo com o animal, causando danos consideráveis ao seu veículo e ferimentos leves. João deseja buscar indenização, mas a concessionária responsável pela rodovia alega que não pode ser responsabilizada, já que não teve culpa no incidente e que o dono do animal não foi identificado. Com base no entendimento do STJ sobre a responsabilidade das concessionárias de rodovias, assinale a afirmativa correta:

- a) a concessionária não é responsável pelos danos, uma vez que o acidente foi causado por um animal de propriedade desconhecida, afastando o nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e o dano.
- b) a concessionária só pode ser responsabilizada se for comprovada sua culpa ou falha na fiscalização da rodovia, especialmente em relação à contenção de animais.
- c) a responsabilidade da concessionária é subjetiva, sendo necessário comprovar que ela agiu com imprudência, negligência ou omissão na manutenção e fiscalização da rodovia.
- d) a concessionária é objetivamente responsável pelos danos causados pelo acidente, independentemente de culpa ou da identificação do proprietário do animal, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.
- e) a responsabilidade pela presença de animais em rodovias é exclusiva do poder público, cabendo à concessionária apenas colaborar com as autoridades na fiscalização.

34. Em decorrência de uma enchente que afetou várias cidades de um estado, a Administração Pública contratou diretamente uma empresa para realizar reparos emergenciais nas estradas, com base na dispensa de licitação prevista no art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021. Após o prazo inicial do contrato, os efeitos da calamidade ainda persistiam e os serviços não foram finalizados, sem que houvesse culpa da empresa contratada. A Administração considerou a possibilidade de recontratar a mesma empresa para continuar os serviços, mas está em dúvida sobre a legalidade dessa ação. Além disso, houve dúvidas se essa mesma empresa poderia participar do processo de licitação substitutivo da contratação direta.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade pública, assinale a afirmativa correta:

- a) a recontratação é permitida, desde que o prazo do contrato anterior não tenha excedido 180 dias, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- b) a recontratação da mesma empresa é proibida, ainda que o objeto da nova dispensa tenha como fundamento outro dispositivo da Lei de Licitações.
- c) a empresa pode ser recontratada diretamente, desde que seja comprovado que ela já estava prestando os serviços de forma eficiente e que a recontratação atende ao princípio da economicidade, admitindo-se as sucessivas prorrogações enquanto persistir a situação emergencial ou calamitosa.
- d) a vedação incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública.
- e) a empresa não poderia participar de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, por ofensa aos princípios da isonomia e da competitividade.

35. José, prefeito municipal, foi acusado de praticar atos que atentam contra a probidade administrativa durante o exercício de sua função parlamentar, razão pela qual o Ministério Público propôs ação de improbidade administrativa, visando à responsabilização do prefeito nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA). Em sua defesa, José alegou que, como agente político sujeito ao regime de crime de responsabilidade, estaria imune à Lei de Improbidade, uma vez que responderia apenas por crimes de responsabilidade, evitando-se o *bis in idem*. Com base no entendimento do STF e nas disposições da LIA, assinale a alternativa correta:

- a) José está correto, pois os agentes políticos não se submetem à Lei de Improbidade Administrativa, devendo responder exclusivamente por crimes de responsabilidade.
- b) João está parcialmente correto, pois os agentes políticos podem ser responsabilizados pela Lei de Improbidade, exceto quando exercerem cargos no Poder Executivo, como no caso de ministros e secretários.
- c) José está incorreto, pois os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, além de responderem por crimes de responsabilidade, formando o duplo regime sancionatório.
- d) José está correto, pois os agentes políticos, como os parlamentares, estão sujeitos apenas às sanções por crimes de responsabilidade, sendo imunes à Lei de Improbidade Administrativa, assim como o Presidente da República.
- e) José está parcialmente correto, uma vez que o regime de improbidade afasta o regime de crime de responsabilidade.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

36. Gabriel praticou, no dia 17.04.2024, fato tipificado como crime de desacato (art. 331 do CP), em tese praticado contra um auditor-fiscal no exercício da função. Porém, restou comprovado por perícia médica que o infrator, ao tempo do fato, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, por conta de perturbação de saúde mental. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel:

- a) será isento de pena, mas receberá medida de segurança.
- b) será considerado semi-imputável, com imposição necessária de medida de segurança.
- c) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço.
- d) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança.
- e) terá sua pena reduzida de um a dois terços.

37. Júlio, querendo matar Adriana, decide atear fogo na casa em que esta reside com seu marido Joaquim. Embora não quisesse matar Joaquim, Júlio aceita a morte de Joaquim como consequência necessária do meio por ele escolhido e ateia fogo na casa, durante a madrugada, momento no qual Adriana e seu marido estavam dormindo. Em razão da conduta de Júlio, Adriana e Joaquim vieram a óbito.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto de primeiro grau em relação a ambos
- b) dolo eventual em relação a ambos
- c) dolo direto de primeiro grau em relação a Adriana e dolo direto de segundo grau em relação a Joaquim
- d) dolo direto de primeiro grau em relação a Adriana e dolo eventual em relação a Joaquim
- e) dolo direto de segundo grau em relação a ambos

38. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) A adulteração de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público, por expressa previsão legal.
- b) A inserção de informação falsa em documento particular, com o fim de prejudicar direito, configura falsidade material.
- c) O agente que falsificar documento e posteriormente usar o documento falsificado, deverá responder pelos crimes de falsificação de documento e uso de documento falso.
- d) Inserir, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, configura o crime de falsificação de documento particular.
- e) O crime de falsidade ideológica é considerado um crime próprio de funcionário público, quando praticado em documento público.

39. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Bens particulares não podem ser objeto material do crime de peculato.
- b) O crime de excesso de exação somente se verifica quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe indevido.
- c) O crime de prevaricação não depende da existência de ajuste de vontade entre o funcionário público, que infringe seu dever funcional, e o particular eventualmente beneficiado.
- d) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime comum.
- e) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações somente se caracteriza se o agente pratica o fato com o fim de obter vantagem indevida ou para causar dano.

40. Flávio, auditor-fiscal, dirigiu-se até determinado estabelecimento comercial, com vistas à realização de uma fiscalização. Porém, foi recebido por Pedro, dono do local, com socos e chutes. Pedro buscava impedir a realização da fiscalização. Flávio, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal grave e a diligência acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Pedro configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- c) Desobediência e lesão corporal grave
- d) Resistência simples e lesão corporal grave
- e) Resistência qualificada, apenas

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. A desconsideração da personalidade jurídica é um instituto importante no Direito Civil que visa afastar o princípio da separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios, administradores ou controladores. Em qual das hipóteses abaixo a desconsideração da personalidade jurídica não seria aplicada?

- a) Quando houver desvio de finalidade, caracterizado pelo uso abusivo da pessoa jurídica para alcançar objetivos pessoais dos sócios, em prejuízo de terceiros.
- b) Quando a personalidade jurídica for utilizada como meio de blindagem patrimonial, causando confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e os bens pessoais dos sócios.
- c) Quando for constatada a insolvência da pessoa jurídica, independente da existência de abuso ou fraude, bastando o inadimplemento de suas obrigações.

d) Quando houver abuso de poder por parte dos administradores da pessoa jurídica, causando prejuízos a credores ou terceiros.

e) Quando a pessoa jurídica for utilizada de forma fraudulenta para burlar obrigações legais e prejudicar credores, como ocorre no caso de "empresas de fachada".

42. No Direito Civil brasileiro, as pessoas jurídicas são classificadas de acordo com diversos critérios, principalmente em relação à sua natureza e finalidade. Com base nessa classificação, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado, como as associações e fundações, são criadas por autorização expressa do Poder Público e dependem de ato formal do Estado para sua existência legal.
- b) As pessoas jurídicas de direito público externo incluem os estados estrangeiros e todas as organizações internacionais, independentemente de reconhecimento pelo governo brasileiro.
- c) As sociedades empresárias são exemplos de pessoas jurídicas de direito privado, cuja principal característica é a busca pelo lucro e a prática de atividades econômicas organizadas.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno incluem apenas a União, os Estados e os Municípios, excluindo as autarquias e as fundações públicas, que são consideradas de direito privado.
- e) As cooperativas são classificadas como pessoas jurídicas de direito público, uma vez que desempenham função social e são reguladas por leis específicas que visam o interesse coletivo.

43. Elemento accidental do negócio jurídico, a condição possui, entre outras, as seguintes características:

- a) impositividade e certeza.
- b) acessoriedade e voluntariedade.
- c) legalidade e futuridade.
- d) involuntariedade e incerteza.
- e) legalidade e brevidade.

44. Quando uma pessoa, sob premente necessidade ou inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre o defeito do negócio jurídico denominado

- a) erro.
- b) dolo.
- c) lesão.
- d) estado de perigo.
- e) coação.

45. Sobre a formação dos contratos, é correto afirmar que:

- a) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
- b) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- c) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta imediatamente.
- d) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos, não podendo ser revogada.
- e) Mesmo se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, não se reputará concluído o contrato, pois a lei não admite aceitação tácita.

ECONOMIA*Celso Natale*

46. Ao medir a produção de um país, busca-se evitar a superestimação do Produto Nacional por meio da dupla contagem. Uma das formas de evitar esse problema é:

- a) excluir os bens finais da contabilização do PNB.
- b) somar a depreciação ao Produto Nacional Líquido no mesmo período.
- c) remover os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção.
- d) considerar os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção.
- e) incluir os bens intermediários na contabilização do PNB.

47. Entre os instrumentos de política fiscal não se pode considerar:

- a) o aumento nos gastos do governo
- b) a redução da inflação
- c) o aumento dos impostos
- d) o aumento das transferências governamentais
- e) a queda dos impostos

48. Considerando os critérios para apuração do resultado orçamentário do setor público, deve-se deduzir da Dívida Bruta do Governo Geral:

- a) Dívida mobiliária do Governo Federal
- b) Operações compromissadas
- c) Aplicações da previdência social em títulos públicos
- c) Dívida mobiliária dos governos estaduais e municipais
- e) Dívida externa bruta do governo federal, dos estados e dos municípios

49. Sobre a estrutura tributária brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Os impostos cuja arrecadação é de competência dos estados são sempre diretos, pois incidem diretamente sobre a renda dos contribuintes.
- b) Tributos indiretos são aqueles que incidem diretamente sobre a propriedade ou a renda dos contribuintes, sendo, portanto, de competência exclusiva dos estados.
- c) Impostos indiretos são tributos transferidos ao consumidor final por meio de preços.
- d) Tributos indiretos são de competência exclusiva dos municípios, nos termos da Constituição Federal.
- e) Impostos indiretos são aqueles que têm como base de cálculo a renda ou a propriedade, sendo de competência dos municípios.

50. O imposto é um tributo cuja obrigação surge de um fato gerador desvinculado de qualquer atividade estatal específica relacionada ao contribuinte. Um imposto cuja alíquota aumenta conforme aumenta sua base de cálculo é classificado como:

- a) progressivo.
- b) proporcional.
- c) alternativo.
- d) regressivo.
- e) indireto.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

51. Os princípios orçamentários são diretrizes essenciais para a elaboração e execução dos orçamentos públicos. Assinale a alternativa que representa corretamente um princípio orçamentário.

- a) O princípio da anualidade implica que o orçamento deve ser elaborado e aprovado para um período superior a um ano.
- b) O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas do governo sejam incluídas no orçamento, sem exceções.
- c) O princípio da unidade prevê que cada unidade administrativa do governo deve ter seu próprio orçamento separado.
- d) O princípio da não afetação determina que determinadas receitas devem ser vinculadas a despesas específicas.
- e) O princípio da especificidade obriga que o orçamento seja elaborado de forma genérica, sem discriminar a destinação dos recursos.

52. A análise do déficit público envolve diferentes conceitos que refletem a situação fiscal do governo. Identifique a alternativa que corresponde ao déficit operacional.

- a) Déficit operacional é o saldo negativo resultante das receitas e despesas correntes, sem considerar os juros da dívida pública.
- b) Déficit operacional é o valor resultante da diferença entre o total das receitas e o total das despesas de capital.
- c) O déficit operacional considera o saldo de receitas e despesas, incluindo a correção monetária da dívida pública.
- d) O déficit operacional reflete exclusivamente o aumento no estoque da dívida pública em termos nominais.
- e) O déficit operacional é utilizado para avaliar o impacto do déficit primário no aumento da dívida líquida.

53. A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas para a gestão financeira pública. Assinale a alternativa que está de acordo com a LRF.

- a) A LRF permite que os entes federativos realizem operações de crédito para pagar despesas correntes em qualquer situação.
- b) A LRF exige que a dívida consolidada de cada ente federativo seja limitada a um percentual definido pelo Senado Federal.
- c) Segundo a LRF, a União pode prestar garantia a operações de crédito realizadas pelos estados sem qualquer exigência adicional.
- d) A LRF estabelece que os restos a pagar não liquidados podem ser inscritos sem qualquer limitação temporal.
- e) A LRF impede a realização de despesas públicas sem a respectiva dotação orçamentária, mas permite que sejam realizadas sem disponibilidade financeira.

54. A carga tributária é uma medida que indica o montante total de tributos arrecadados pelo governo em relação ao PIB. Qual das alternativas reflete corretamente o conceito de carga tributária?

- a) A carga tributária é a soma de todas as receitas públicas, incluindo as oriundas de operações de crédito.
- b) A carga tributária corresponde à arrecadação total de tributos e contribuições em relação à renda nacional disponível.
- c) A carga tributária exclui a arrecadação previdenciária, por não ser considerada um tributo direto.
- d) A carga tributária inclui impostos, taxas e contribuições, expressos como percentual do PIB.
- e) A carga tributária reflete apenas os impostos diretos, como o imposto de renda e os impostos sobre a propriedade.

55. A dívida pública é um instrumento de financiamento utilizado pelos governos para cobrir déficits orçamentários. Assinale a alternativa que define corretamente a dívida pública mobiliária interna.

- a) Dívida mobiliária interna é composta por obrigações emitidas pelo governo no exterior.
- b) Dívida mobiliária interna refere-se a títulos emitidos pelo governo para financiamento de curto prazo exclusivamente.
- c) Dívida mobiliária interna envolve a emissão de títulos públicos negociados no mercado financeiro nacional.
- d) Dívida mobiliária interna é restrita aos títulos emitidos por governos estaduais.
- e) Dívida mobiliária interna só pode ser utilizada para financiar despesas de capital.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carillo*

56. A respeito do instituto do Nome Empresarial, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa, já os efeitos da proteção da lei sobre esse instituto não podem ser estendidos às denominações das sociedades simples, associações e fundações.
- b) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade limitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- d) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura, sendo que a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios e, ao mesmo tempo, a omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- e) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, sendo obrigatória a designação do objeto social.

57. Sobre as regras gerais aplicáveis às sociedades previstas no Código Civil, marque a única alternativa que atende corretamente a previsão legal:

- a) As obrigações dos sócios só começam com a inscrição do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) O sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, mesmo que sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.
- c) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- d) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, pode empregar-se em atividade estranha à sociedade.
- e) É ineficaz a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

58. A sociedade limitada é um tipo societário em que os sócios possuem a responsabilidade restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Essa sociedade pode ser constituída por meio de apenas uma única pessoa como sócio. A respeito desse tipo societário, suas regras e classificação, marque a opção correta:

- a) Será sempre do tipo empresária.
- b) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das regras que lhe são próprias, pelas normas das sociedades anônimas, por ser o tipo societário mais parecido.
- c) Os sócios sempre serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato.
- d) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, a maioria dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a dois terços do capital social, após a integralização.
- e) O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução e tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.

59. São motivos que ensejam a mudança da recuperação judicial para a falência, a ser decretado pelo juiz:

- a) por deliberação da assembléia-geral de credores.
- b) pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo de noventa dias.
- c) por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, em até trinta e seis meses depois de concessão da recuperação judicial.

d) quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

e) Pelo não exercício regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos.

60. Sobre o cheque, marque a única opção que está de acordo com a lei que rege esse título de crédito:

- a) O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de ser considerado um cheque sem fundo.
- b) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito, sendo que a infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque, já que a existência de fundos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento.
- c) O cheque admite aceite do banco ou instituição financeira, considerando-se não escrita qualquer declaração em sentido contrário.
- d) As obrigações contraídas no cheque são autônomas, mas interdependentes.
- e) Com o advento da tecnologia e as novas formas de circulação de crédito, tendo em vista o aumento de transações eletrônicas, o instituto do cheque não é mais utilizado, por ter sido sua legislação revogada.

AUDITORIA*Guilherme Santanna*

61. Na realização dos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar os diferentes riscos que possam afetar qualitativamente o resultado de seu trabalho. Nesse sentido, associe os tipos de risco listados a seguir aos seus respectivos conceitos,

1. Risco de Detecção.
2. Risco de Controle.
3. Risco Inerente.

() É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante antes da consideração de eventuais controles relacionados.

() É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

() É o risco de que os procedimentos executados pelo auditor não identifiquem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3.
- b) 2 – 3 – 1.
- c) 3 – 2 – 1.
- d) 1 – 3 – 2.
- e) 3 – 1 – 2.

62. Em uma auditoria contábil, a equipe de auditores utilizou uma técnica de amostragem consistente em dividir a população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características similares.

O procedimento adotado pela equipe de auditoria é denominado

- a) estratificação.
- b) divisão de amostra.
- c) amostragem de unidades semelhantes.
- d) amostragem por conglomerados.
- e) amostragem por itens individualizados.

63. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião presente no relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida primordialmente a partir dos procedimentos realizados durante o curso do trabalho, mas também de outras fontes.

Em relação a essas fontes, analise as afirmações a seguir:

- I. registros contábeis e outras fontes internas e externas da entidade;
- II. informações de auditorias anteriores, desde que permaneçam relevantes e confiáveis; e
- III. a ausência de informações, como a recusa da administração em fornecer uma representação solicitada.

Pode representar evidência de auditoria o que se afirma em:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente
- e) I, II e III.

64. Para encobrir a falta de R\$150.000,00 em dinheiro na conta X, Jorge, contador da empresa Pelodebequê Ltda., depositou nessa conta, em 31 de dezembro, o valor faltante que obtivera por meio de saque realizado na Conta Y dessa empresa. O título (cheque) de transferência não foi registrado, assim como não foi registrado como desembolso do mês de dezembro na Conta Y, tendo sido lançado em janeiro do exercício subsequente, o que gerou uma ocultação temporária do desfalque, que não apareceu na reconciliação das contas. Essa técnica de ocultação do ativo é denominada

- a) Fisching.
- b) Kiting.
- c) Minsting.
- d) Value Money.
- e) Lapping.

65. Ao auditar o balanço patrimonial de uma sociedade empresária o auditor independente verificou que o saldo do ativo imobilizado aumentou de um período a outro. Assinale a opção que indica uma informação evidenciada em nota explicativa que pode justificar o aumento.

- a) Diminuição na vida útil.
- b) Constituição de perda de recuperabilidade.
- c) Venda com lucro de um ativo.
- d) Mudança no método de depreciação.
- e) Reversão de perda de recuperabilidade.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS*Silvio Sande*

66. De acordo com os conceitos relacionados à depreciação definidos no CPC 27, analise as seguintes assertivas:

- a) A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver em uso.
- b) O reparo e a manutenção de um ativo podem preservar suas condições originais, mas não evitam a necessidade de deprecia-lo.
- c) A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará redução da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.
- d) O valor da depreciação de um ativo imobilizado pode ser calculado por vários métodos, mas, uma vez escolhido, o método deve ser mantido até a baixa do ativo em questão.
- e) O valor de aquisição e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

67. Assinale a alternativa correta a respeito da redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

- a) O teste de recuperabilidade, também chamado de impairment test, define que o valor recuperável de um ativo é o menor número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e o seu valor de uso.
- b) A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é superior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de testes de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.
- c) A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.
- d) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.
- e) Um ativo imobilizado ou intangível pode ter seu valor contábil aumentado em função de teste de imparidade, desde que esse aumento configure reversão de uma perda por irrecuperabilidade reconhecida anteriormente e até o limite do valor contábil que ele teria se nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida.

68. Um contador, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa SS S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 500.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela SS S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	500.000	10%
2	400.000	15%
3	300.000	20%
4	200.000	25%
5	100.000	30%

Nesse caso, a empresa SS S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 250.000.
- c) R\$ 300.000.
- d) R\$ 350.000.
- e) R\$ 500.000.

69. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Preço de Venda	1000	950
Custo de Transporte	100	30
Custo de Transação	50	50

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por

- a) 850
- b) 870
- c) 900
- d) 920
- e) 950

70. A respeito da demonstração do valor adicionado (DVA), de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, assinale a opção correta.

- a) A receita com vendas e prestação de serviços deve ser apresentada líquida de seus efeitos tributários, uma vez que tributos não constituem receitas efetivas da empresa.
- b) O reconhecimento de resultado positivo de equivalência patrimonial diminui o valor adicionado recebido em transferência.
- c) O valor do prejuízo do exercício integra o item remuneração do capital próprio da demonstração do valor adicionado.
- d) O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão aumenta o valor adicionado líquido produzido pela entidade.
- e) Despesas de juros, inclusive as variações cambiais passivas, são consideradas distribuição de riqueza, sendo classificadas na DVA como remuneração do capital próprio.

71. A empresa Coruja S.A. adquiriu 80% das ações com direito a voto da Cia. Viver bem S.A. O preço pago pela aquisição foi R\$ 80.000.000,00 e a Coruja S.A. passou a deter o controle da Cia. Cia. Viver bem S.A. Sabe-se que o valor registrado no Patrimônio Líquido da Cia. Viver bem S.A. era, na data da aquisição, R\$ 80.000.000,00 e que o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, nesta data, R\$ 90.000.000,00.

Os valores totais reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Coruja S.A e a parcela correspondente ao ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais,

- a) 64.000.000,00 e 16.000.000,00.
- b) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.
- c) 64.000.000,00 e 8.000.000,00.
- d) 64.000.000,00 e 0,00 (zero).
- e) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.

72. As informações abaixo serão utilizadas pelo contador para elaborar o fluxo de caixa da empresa Xis.

Operação	Reais
Redução em fornecedores	23.000
Aquisição de ativo imobilizado	30.000
Aquisição de investimentos	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Depreciação e amortização	49.000
Empréstimos tomados	80.000
Integralização de capital	50.000
Lucro do Exercício	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal	78.000
Redução em contas a receber	30.000
Aumento nos estoques	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000

Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto da empresa.

- a) R\$ 39.600.
- b) R\$ 57.000.
- c) R\$ 64.600.
- d) R\$ 71.100.
- e) R\$ 98.600.

73. A empresa Sinergia S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2023, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2024, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiro	R\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao Capital	R\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do Período	R\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal	R\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingência	R\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	R\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia	R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Sinergia S.A. em 31 de dezembro de 2024 foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00

74. Um princípio aplicável a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de companhias abertas consiste em

- a) A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, incluso no patrimônio líquido dos proprietários da controladora
- b) Admitir uma defasagem máxima de seis meses entre as datas de encerramento das demonstrações da controlada e das demais entidades em processo de consolidação, devendo ser considerados os efeitos de transações relevantes nesse período.
- c) Considerar o patrimônio da controladora e de suas controladas e coligadas como se esse patrimônio pertencesse a uma única entidade.
- d) Utilizar políticas contábeis não uniformes que respeitem as diferenças entre os setores econômicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.
- e) Demonstrações consolidadas são as

demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

75. Considere os seguintes dados da empresa S2 S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

76. O setor de contabilidade do Município Audazes dos Pampas recebeu do setor tributário municipal informações sobre o montante dos créditos tributários a receber cuja expectativa de geração de benefícios econômicos era considerada remota. Nesse caso, à luz das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o setor de contabilidade deverá:

- a) despreconhecer esses créditos das demonstrações contábeis e deixar de controlá-los contabilmente.
- b) manter os créditos reconhecidos no balanço patrimonial, porém reclassificá-los em contas apropriadas.
- c) despreconhecer esses créditos das demonstrações contábeis, porém mantendo-se o controle contábil em contas apropriadas.
- d) informar a situação ao setor de controle interno municipal para que sejam tomadas medidas para a baixa desses créditos tributários.
- e) manter os créditos reconhecidos no balanço patrimonial e evidenciar o fato em notas explicativas.

77. Segundo a NBC TSP 04 – Estoques, o valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Assinale a opção que descreve um item que deve ser somado ao custo de aquisição dos estoques:

- a) valor anormal de desperdício de materiais
- b) despesas de armazenamento
- c) despesas comerciais
- d) descontos comerciais
- e) impostos de importação

78. Acerca dos procedimentos de redução ao valor recuperável, analise as assertivas a seguir:

- I – Os ativos tributários diferidos seguem os procedimentos contábeis descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no contexto da contabilização da redução ao valor recuperável.
- II – Independentemente de ser gerador de caixa ou não, o ativo é objeto de redução ao valor recuperável quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável.
- III – As despesas de vendas, no contexto da definição de valor recuperável, são as despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, a exemplo das despesas financeiras e de tributos sobre a renda.

Está(ão) Correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III

79. Acerca das receitas de transação sem contraprestação, assinale a opção correta:

- a) os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos como um ativo e um passivo.
- b) os ativos reconhecidos em transação sem contraprestação devem ser mensurados pelo valor justo, a exemplo dos ativos oriundos de transações tributárias.
- c) A entidade deve constituir ajuste para perdas de créditos relativos a tributos, conforme metodologia descrita no manual de contabilidade aplicada ao setor público.
- d) No contexto da repartição tributária, o ente arrecadador deve realizar o registro da receita pelos valores líquidos e o respectivo valor a transferir no passivo por meio de provisão.
- e) Devido a suas peculiaridades, as multas não satisfazem a definição de transação sem contraprestação.

80. O setor tributário do Município Audazes dos Pampas detectou que, devido a um erro no sistema de cobrança, o IPTU pode ter sido cobrado indevidamente de determinados contribuintes, sendo necessário fazer a restituição. Após análise, identificou-se os seguintes cenários:

Cenário 1: Caso se identifique que a totalidade dos valores cobrados deverá ser restituída, o desembolso esperado será de R\$ 10 milhões.

Cenário 2: Caso se identifique que o erro resultou apenas numa cobrança a maior do tributo, o desembolso esperado será de R\$ 4 milhões.

Cenário 3: Caso se identifique que o erro do sistema não afetou a cobrança do tributo, não haverá valor a restituir.

O setor tributário estimou que 10% dos contribuintes foram indevidamente tributados, 30% tenham sido tributados a maior e que 60% não foram afetados.

Nesse contexto, assinale a opção que indica corretamente o valor esperado para a provisão

com as restituições, nos termos da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- a) R\$ 1.000.000
- b) R\$ 1.200.000
- c) R\$ 2.200.000
- d) R\$ 4.000.000
- e) R\$ 10.000.000

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É constitucional a instituição pelo Estado/DF de taxa anual de segurança contra incêndio, tendo em vista a sua prestação ser realizada pelo corpo de bombeiros.
 - II-) É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que excede flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização.
 - III-) A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.
- Está correto o que se afirma apenas em:
- a) II.
 - b) I e III.
 - c) I e II.
 - d) I, II e III.
 - e) II e III.

82. São características dos Preços Públicos / Tarifa, **exceto:**

- a) Não possuem Natureza Tributária.
- b) Decorrem de Contrato Administrativo.
- c) Possuem caráter Facultativo.
- d) Possuem Regime Jurídico de Direito Público.
- e) São cobradas por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.

83. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre o Comitê Gestor do IBS, julgue os itens a seguir:

- I-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II-) Na forma da lei complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.
- III-) O Comitê Gestor do IBS será financiado por recursos da União.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

84. Tanto o IBS como a CBS possuem diversas características comuns previstas na Constituição Federal. Entre as alternativas abaixo, a única que não representa um ponto comum dos dois tributos é:

- a) Instituição por Lei Complementar.
- b) Não integram as próprias bases de cálculo.
- c) Possuem o mesmo Fato Gerador.

d) Possuem a mesma regra de imunidade, que é aquela aplica às contribuições.

e) Possuem as mesmas regras de não cumulatividade.

85. Com relação ao IBS - Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, inclusive em relação à definição de suas alíquotas.
- II-) O IBS integrará sua própria base de cálculo.
- III-) O IBS não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

86. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

87. Em relação aos impostos de Competência dos Estados e de Competência Compartilhada entre Estados, DF e Municípios, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas de referência para o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas para o ICMS.

III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, valor, utilização, impacto ambiental e nacionalidade do veículo automotor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

88. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar, fiscalizar, cobrar e de executar, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) O não-exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

89. Segundo o CTN, não é caso de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- a) moratória.
- b) anistia.
- c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- d) parcelamento.
- e) remissão.

90. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**FEDERAL***Fábio Dutra*

91. Considerando as disposições da Lei nº 9.393/1996 sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), assinale a alternativa correta:

- a) O ITR incide sobre imóveis localizados na zona urbana e rural do município.
- b) O contribuinte do ITR é exclusivamente o proprietário do imóvel rural.
- c) As pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel são imunes ao ITR.
- d) As áreas de reserva legal não podem ser excluídas da área tributável para fins de cálculo do ITR.
- e) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária, independentemente transferência de propriedade.

92. Com base nas disposições do Regulamento do Imposto de Renda sobre as despesas médicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) São dedutíveis os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos e fisioterapeutas relativos ao tratamento do contribuinte e de seus dependentes.
- b) As despesas médicas realizadas no exterior são dedutíveis, desde que convertidas em reais pela taxa de câmbio, conforme critérios da legislação tributária.
- c) As despesas com instrução de pessoa com deficiência física ou mental podem ser consideradas como despesas médicas dedutíveis.
- d) As despesas com medicamentos adquiridos em farmácias são dedutíveis, desde que prescritos por médico e comprovados com nota fiscal.
- e) As despesas de internação em estabelecimento para tratamento geriátrico somente poderão ser

deduzidas se o estabelecimento for qualificado como hospital.

93. Assinale a única alternativa que apresenta uma entidade que é considerada contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, conforme a legislação tributária federal:

- a) As sociedades cooperativas de crédito somente.
- b) As empresas comerciais exportadoras, apenas durante a exportação de produtos.
- c) As entidades submetidas a regimes de falência, durante o processo de realização do ativo e pagamento o passivo.
- d) As empresas públicas, exceto as subsidiárias.
- e) As sociedades de economia mista desde que não administradas diretamente pelo governo federal.

94. Considere a situação hipotética: João, residente no Brasil, recebeu, em 2023, rendimentos de aluguel de um imóvel de sua propriedade, totalizando R\$ 60.000,00 no ano. No mesmo período, João pagou R\$ 12.000,00 de despesas de condomínio e R\$ 6.000,00 de IPTU referentes ao imóvel alugado. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda, João poderá deduzir essas despesas na determinação do rendimento tributável relativo aos aluguéis recebidos?

- a) Sim, poderá deduzir tanto as despesas de condomínio quanto o IPTU pagos, reduzindo o rendimento tributável.
- b) Sim, mas somente poderá deduzir as despesas de condomínio, não podendo deduzir o IPTU.
- c) Não, não poderá deduzir nem as despesas de condomínio nem o IPTU, pois não são despesas dedutíveis.
- d) Sim, poderá deduzir somente o IPTU pago, não podendo deduzir as despesas de condomínio.
- e) Poderá deduzir as despesas de condomínio e o IPTU apenas se estiver previsto em contrato.

95. Considerando as disposições da Lei nº 10.336/2001 sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre combustíveis, assinale a alternativa correta:

- a) A Cide incide sobre a importação e comercialização de gasolina, diesel, querosene de aviação, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo e álcool etílico combustível.
- b) São contribuintes da Cide apenas os importadores de combustíveis líquidos relacionados na lei.
- c) A Cide não incide sobre as receitas de exportação dos produtos relacionados na lei, salvo se destinados a empresa comercial exportadora.
- d) A base de cálculo da Cide é o valor da operação de importação ou comercialização dos combustíveis.
- e) O pagamento da Cide, na hipótese de importação, deve ser efetuado até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

96. Analise as afirmativas a seguir sobre a dedutibilidade de despesas operacionais e, em seguida, assinale a opção que indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () As despesas com depreciação acelerada incentivada podem ser excluídas do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.
- () As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica são sempre dedutíveis, independentemente de procedimentos judiciais.
- () As provisões não são, em regra, dedutíveis na determinação do lucro real, salvo exceções expressamente autorizadas em lei.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, V, V

97. Considerando as disposições sobre o fato gerador do IOF nas operações de crédito, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IOF ocorre na data da assinatura do contrato de crédito e seu registro, independentemente da liberação dos recursos.
- b) O IOF incide somente sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- c) O fato gerador do IOF é a entrega do montante ou valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.
- d) O IOF não incide sobre operações de crédito realizadas entre pessoas jurídicas.
- e) O IOF não incide sobre operações de créditos realizadas entre pessoa jurídica e pessoa física.

98. Sobre a dedução de dependentes na declaração de ajuste anual do Imposto sobre a Renda, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- () O contribuinte pode considerar como dependente o cônjuge ou o companheiro com quem viva há mais de cinco anos ou com quem tenha filho.
 - () Os dependentes comuns podem ser considerados por ambos os cônjuges simultaneamente, desde que não ultrapassem o limite de dedução por dependente.
 - () Os pais do contribuinte podem ser considerados dependentes, desde que não tenham rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal.
- a) V, F, V
 - b) V, V, F
 - c) V, F, F
 - d) F, V, V
 - e) F, F, V

99. Sobre a contribuição de intervenção no domínio econômico instituída pela Lei nº 10.168/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) A contribuição incide sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração decorrente de contratos que impliquem transferência de tecnologia.
- b) A alíquota da contribuição é de 10%.
- c) A contribuição é devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como pela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia com residentes ou domiciliados no exterior.
- d) O pagamento da contribuição deve ser efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.
- e) A contribuição incide sobre a remuneração pela licença de uso de programa de computador, mesmo quando não envolver transferência de tecnologia.

100. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda sobre a responsabilidade dos sucessores, assinale a alternativa correta:

- a) O espólio é responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo de cujus até a data da partilha.
- b) O cônjuge meeiro não é responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo espólio até a data da partilha.
- c) O sucessor a qualquer título é pessoalmente responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo espólio até a data da partilha, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão recebido.
- d) Os créditos tributários notificados ao de cujus antes da abertura da sucessão não podem ser exigidos do espólio.
- e) Se o de cujus tiver apresentado declaração de exercícios anteriores com omissão de rendimentos,

será cobrado do espólio o imposto sobre a renda correspondente, porém sem juros moratórios.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)***Eduardo da Rocha*

91. Em outubro de 2024, ABC S/A, estabelecida em Recife-PE, adquiriu, pela Internet, 100 kits de fantasia de carnaval. Um mês depois, remeteu as fantasias para Dimulé, domiciliado no Distrito Federal. Acerca do ICMS devido nesta última operação, adotar-se-á:

- a) a alíquota interestadual para Pernambuco e caberá ao Distrito Federal o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Distrito Federal e a alíquota interestadual.
- b) a alíquota interna para Pernambuco e caberá ao Distrito Federal o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Distrito Federal e a alíquota interestadual.
- c) a alíquota interna para Pernambuco, somente.
- d) a alíquota interna para o Distrito Federal, somente.
- e) o compartilhamento entre Pernambuco e o Distrito Federal, em partes iguais, do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado da Bahia e a alíquota interestadual.

92. De acordo com o texto da Lei Complementar nº87/1996, assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir:

É assegurado ao contribuinte _____ o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de _____ dias, o contribuinte poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo. Sobre vindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte, no prazo de _____ dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

- a) substituto / sessenta / trinta
- b) substituído/ noventa/ quinze
- c) substituído/ sessenta/ quinze
- d) substituto/ noventa/ trinta
- e) substituído/ trinta/ quinze

93. Acerca das disposições constitucionais do ICMS, assinale a alternativa incorreta.

- a) O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) O ICMS não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- c) O ICMS não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.

d) O ICMS não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

e) O ICMS não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização ou consumo, configure fato gerador dos dois impostos.

94. Segundo a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O Imposto sobre bens e serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
 - II. O IBS terá um regulamento único para todos os Municípios, Estados e Distrito Federal.
 - III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
 - b) Estão corretos os itens I e III, somente.
 - c) Estão corretos os itens II e III, somente.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.

95. De acordo com a Lei Kandir, assinale a alternativa que indica, corretamente, o local da operação no caso de prestação onerosa de serviço de comunicação por meio de satélite.

- a) Onde tenha início a prestação.
- b) O estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço.
- c) O estabelecimento da concessionária ou da permissionária
- d) O estabelecimento ou domicílio do dono do satélite.
- e) O estabelecimento onde o serviço for pago.

96. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

II. Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, exceto as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.

III. Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

97. No que tange às previsões do ICMS na lei Kandir, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

II. Os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

III. O imposto não incide sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

98. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. O IBS terá seus incentivos e benefícios financeiros ou fiscais definidos em lei complementar.

II. A representação no Comitê gestor do IBS do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, será de composta por 14 representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos, e mais 13 representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

III. Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)*Rafael Rocha*

99. É devido ITCMD ao Estado de São Paulo:

- a) na transmissão hereditária de bens imóveis localizados no território deste Estado, no caso de os herdeiros serem ou não brasileiros.
- b) na transmissão por doação de bens imóveis localizados no território deste Estado, apenas no caso de o doador também possuir domicílio neste Estado.
- c) na transmissão hereditária de bens móveis, no caso de o inventário ser processado neste Estado.
- d) na transmissão por doação de bens móveis, no caso de o donatário ser domiciliado neste Estado.
- e) na doação de bens imóveis, qualquer que seja a sua localização, caso o doador resida no exterior e o herdeiro seja domiciliado neste Estado.

100. Tomé, residente e domiciliado no Estado de Rondônia, doou ao filho César, residente no Estado de Goiás, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso.

Nesse caso, o Imposto incidente sobre a doação:

- a) é devido no Estado de Mato Grosso, onde está o rebanho.
- b) é devido no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- c) não é devido, por não haver incidência sobre transmissão de animais.
- d) é devido no Estado de Rondônia, onde o doador tem domicílio.
- e) é devido no Estado em que a escritura pública de doação for lavrada.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)***Bruno Langoni*

91. Sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta em relação à possibilidade de o Município instituir alíquotas diferenciadas:

- a) O IPTU pode ter alíquotas diferenciadas de acordo com a renda do proprietário do imóvel.
- b) O IPTU pode ser progressivo em razão da localização e do uso do imóvel.
- c) O IPTU pode ter alíquotas diferenciadas em função da localização e do uso do imóvel.
- d) O IPTU não pode ter alíquotas diferenciadas, devendo ser aplicada uma alíquota única para todos os imóveis.
- e) O IPTU pode ser progressivo em razão do tempo de propriedade do imóvel pelo contribuinte.

92. Em relação ao conceito de zona urbana para fins de incidência do IPTU, é correto afirmar que:

- a) Uma área somente pode ser considerada zona urbana se possuir todos os melhoramentos previstos no Código Tributário Nacional.
- b) A existência de rede de iluminação pública e sistema de esgoto sanitário são suficientes para que uma área seja considerada zona urbana, independentemente da previsão desta em lei.
- c) A lei municipal pode considerar como urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, mesmo sem a existência dos melhoramentos previstos, desde que constantes de loteamentos aprovados.
- d) A definição de zona urbana independe de lei municipal, bastando a existência de dois melhoramentos previstos no CTN.
- e) Áreas urbanas nunca podem ser tributadas pelo ITR, mesmo que utilizadas para fins rurais.

93. Sobre as anterioridades aplicáveis ao IPTU, é correto afirmar que:

- a) O IPTU é exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- b) A majoração da alíquota do IPTU está sujeita apenas à anterioridade nonagesimal.
- c) A alteração da base de cálculo do IPTU não observa nenhuma das anterioridades.
- d) A majoração da base de cálculo do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal.
- e) Tanto a majoração da alíquota quanto da base de cálculo do IPTU são exceções às anterioridades anual e nonagesimal.

94. Sobre o IPTU progressivo no tempo, previsto na Constituição Federal como instrumento para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, é correto afirmar que:

- a) Pode ser aplicado como primeira medida pelo Município a qualquer imóvel urbano não edificado.
- b) Deve respeitar a sequência de medidas previstas no art. 182, §4º, da Constituição Federal, sendo o parcelamento ou edificação compulsórios a primeira delas.
- c) Não possui limite máximo para a alíquota a ser aplicada.
- d) A progressividade no tempo pode aumentar a alíquota em qualquer percentual de um ano para outro.
- e) Independe de previsão no Plano Diretor do Município.

95. De acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incide sobre:

- a) A transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis e imóveis, incluindo direitos reais de garantia.
- b) A transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- c) A transmissão “causa mortis” de bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, incluindo direitos reais de garantia.
- d) A transmissão “inter vivos”, a título gratuito, de bens imóveis e direitos reais de garantia.
- e) A transmissão de bens imóveis decorrente de usucapião ou acessão natural.

96. Uma empresa situada no Município de Porto Alegre recebe, como integralização de capital, um imóvel de propriedade de um de seus sócios. Sobre a incidência do ITBI nessa operação, é correto afirmar que:

- a) O ITBI incide normalmente, pois há transmissão de bem imóvel por ato oneroso.
- b) O ITBI não incide nessa operação, em virtude de imunidade prevista na Constituição Federal, salvo se a atividade preponderante da empresa for imobiliária.
- c) O ITBI incide apenas se o imóvel estiver localizado fora do Município de Porto Alegre.
- d) O ITBI não incide nessa operação, pois se trata de transmissão a título gratuito.
- e) O ITBI incide somente se houver lucro na operação de integralização.

97. Sobre a base de cálculo e o contribuinte do ITBI, conforme o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel, que deve ser igual ao valor utilizado para fins de IPTU.
- b) O contribuinte do ITBI é apenas o adquirente do imóvel, jamais o transmitente.
- c) A base de cálculo do ITBI é o valor declarado pelas partes no contrato de compra e venda, independentemente de avaliação pelo fisco.
- d) A lei municipal pode estabelecer que qualquer das partes na operação seja o contribuinte do ITBI.
- e) O ITBI incide sobre o valor de mercado do imóvel, acrescido do valor dos bens móveis que o guarneçem.

98. Uma empresa de construção civil, sediada no Município X, foi contratada para realizar a construção de um edifício no Município Y. Durante a execução da obra, a empresa fornece materiais necessários para a construção, os quais são produzidos no próprio local da obra. Com base na Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa correta em relação à incidência e ao local de recolhimento do ISS:

- a) O ISS é devido no Município X, onde está localizado o estabelecimento prestador, e incide sobre o preço total do serviço, incluindo os materiais fornecidos.
- b) O ISS é devido no Município Y, onde a obra é executada, e não inclui na base de cálculo o valor dos materiais fornecidos pelo prestador.
- c) O ISS é devido no Município X, e a base de cálculo inclui apenas o valor da mão de obra, excluindo os materiais fornecidos.
- d) O ISS é devido no Município Y, e a base de cálculo inclui o valor total do serviço, sem exclusão dos materiais fornecidos.

e) O ISS é devido proporcionalmente nos Municípios X e Y, de acordo com o valor dos materiais produzidos em cada local.

99. Uma empresa localizada no exterior presta serviços de consultoria técnica a uma empresa brasileira situada no Município A. O serviço foi realizado integralmente no exterior. Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) O ISS não incide, pois se trata de serviço prestado e concluído no exterior.
- b) O ISS incide e é devido ao Município onde está sediada a empresa tomadora do serviço, sendo esta responsável pelo recolhimento.
- c) O ISS incide e é devido ao Município onde está sediada a empresa prestadora no exterior.
- d) O ISS não incide, pois a legislação brasileira não alcança serviços prestados por empresas estrangeiras.
- e) O ISS incide, mas é devido à União Federal, não aos Municípios.

100. Uma empresa de vigilância e segurança, com sede no Município de Gama, presta serviços de monitoramento eletrônico de bens móveis e imóveis localizados em diversos municípios. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, o ISS devido por essa empresa é recolhido:

- a) Integralmente no Município de Gama, onde está localizado o estabelecimento prestador.
- b) No Município onde está localizado o bem ou o domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas.
- c) No Município onde a empresa tem sua sede administrativa.
- d) Proporcionalmente nos Municípios onde estão localizados os clientes, considerando a quantidade de serviços prestados.
- e) No Município onde ocorre o pagamento pelo serviço, independentemente da localização do bem monitorado.

Discursiva

Na contabilidade tributária, o correto reconhecimento e mensuração dos tributos são fundamentais para garantir a conformidade das demonstrações financeiras com as normas fiscais e contábeis. Com base nos princípios da contabilidade tributária, defina os conceitos de tributo, obrigação tributária principal e acessória. Em sua resposta, explique como os tributos devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis de uma empresa, e mencione as diferenças entre tributos diretos e indiretos, fornecendo exemplos de cada um.

Extensão: até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>